

Compere

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

CONDESSA PEREIRA CARNEIRO, Diretora-Presidente

M. F. DO NASCIMENTO BRITO, Presidente do Conselho Diretor

BERNARD DA COSTA CAMPOS, Diretor

WALTER FONTOURA, Diretor

J. A. DO NASCIMENTO BRITO, Vice-Presidente Executivo

MAURO GUIMARÃES, Vice-Presidente

J. B. LEMOS, Editor

Dose Legal

O radicalismo queria medir a disposição real do Governo e o conseguiu, mas com efeito contrário ao pretendido: a medida de emergência foi a resposta às provocações que tentaram fazer do Congresso um ponto vulnerável.

O Presidente (em exercício) do Congresso Nacional, o Senador Moacyr Dalla, diante do que aconteceu na véspera e que se delineou novamente ontem, não hesitou. Em ofício ao Ministro da Justiça e ao Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República pediu a proteção do Executivo para a representação política nacional decidir livremente.

Que fez o Governo? Dentro da Constituição, o Presidente da República decidiu garantir o funcionamento do Congresso com a aplicação dos artigos onde estão previstas medidas que se circunscrevem à finalidade de acautelar o livre funcionamento do Congresso para deliberar sem pressão ou tumultos.

A execução dessa emergência legal, em vigor pelo prazo de 60 dias — no Distrito Federal —, determina a Polícia Militar ficar de sobreaviso e pôr seu comandan-

te à disposição do Presidente do Congresso para as necessidades definidas no ofício.

Há uma reflexão preliminar a ser feita com base no comportamento do radicalismo que tomou assento nas galerias e no plenário do Congresso, e se alvorçou com a perda do senso político. O Congresso não se deixou manipular como peça de provocação contra a ordem e o Executivo: pediu as providências que a Constituição prevê e que compete ao Executivo aplicar.

É esse mais um resultado marginal da situação contraditória que, como *frente* e não um partido, o PMDB insiste em prolongar. Como *frente*, abriga radicais exaltados que, sendo minoria, apelam para outras formas de ação, com o sentido de manipular o maior partido oposicionista. Da mesma forma que foi impedido, pelos radicais, de votar a favor da anistia, quando o Executivo a propôs, bem como em todas as iniciativas do Governo, o PMDB sempre cede a esse radicalismo minoritário mas atuante. E quando mais cede, mais o fraco se sente forte e repete a pressão. Repetiu-se o sintoma e veio o remédio legal, em dose preventiva.